muito mais suscetível aos interesses do capital imobiliário local, enfim e essa situação de conflito, porque muitas vezes poderia ser mediada e resolvida. **Sr. Luiz** - Nós os convidamos então para uma próxima reunião para dar formalidade à questão do Conselho, do Grupo de Trabalho e nós já começamos a fazer algumas considerações, vai ter que sinalizar com algumas coisas, convidar também outros participantes, eu não sei exatamente qual o melhor representante da Subprefeitura, dos Movimentos, da Federação, esses Grupos precisam tomar conhecimento inclusive da importância deles enquanto Entidades com a possibilidade de poder ajudar na questão, a formalização de orientações, de questões para se levar no Conselho e estar podendo criar uma diretriz de encaminhamento dessa questão, senão enquanto política, mas pelo menos como uma forma de tratar a questão já como um trabalho até do próprio Conselho Municipal, eu entendo que esse Grupo é um apêndice do Conselho, juntar, nós expormos, nós vemos o que, tentar definir melhor o participante como até foi dito aqui pela Ana, a Caixa, enfim, a partir desse momento então formalizar uma linha de ação que eu acho que está muito mais já voltada no trabalho e no dia a dia, acho que ela que vai dar continuidade à questão e por outro lado nós conseguimos fazer encaminhamentos, não paralelos, mas, enfim, necessários para nós podermos levar isso no Conselho. **Sr. Felinto** - Eu queria deixar registrado aqui que o próprio Dito falou, o Luis, eu também, que a Nancy fará parte desse Grupo. **Sra. Ana** - A Secretária Executiva poderá, a partir do momento que a Ata ficar pronta, dar conhecimento a todos os Conselheiros que foi instituído esse GT e consequentemente os Conselheiros da Caixa e a Magda também tomarão esse conhecimento. **Sr. Abelardo** - Ao você distribuir a Ata, reforçar o convite, todos aqueles que queiram participar, apesar de já ter sido encerrado o prazo, reabrir para quem queira dar contribuição, acho que seria muito positivo passar isso para os Conselheiros. **Sra. Ana** - Perfeito está aceita a proposta, vamos fazer esse convite. Encerra-se a reunião.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH.

ATA DA 4a. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – GESTÃO 2009/2011

Data da Reunião **16 de setembro de 2010**

Local: Pátio do Colégio, 184 - Auditório Espaço da Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania-Centro – São Paulo.

No dia 16 de setembro de 2010, às 14h00, se reuniram no Pátio do Colégio, 184, nas dependências do Auditório Espaço da Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania - Centro – São Paulo, para a 4ª Reunião Ordinária do CMH – gestão 2009/2011, vários membros conselheiros, conforme LISTA DE PRESENÇA: PODER PÚBLICO: Ricardo Pereira Leite, Elisabete Franca, Felinto Carlos, Fonseca da Cunha, Luiza Harumi A. Martins (Justificou), Maria Teresa Diniz dos Santos, Ângela Luppi Barbon, Arley Ayres, André Luis Gutierrez Pereira, Domingos Pires de Oliveira Dias Neto, Rosa Maria Miraldo, Valentina Denizo, Maria Cláudia Pereira de Souza, Rogério Henriques Gagliardi, Ricardo Rodrigues, Maria Isabela S. Cabral, Mônica Bueno Leme, Marly Namur, Flávio Carvalheiro, Gerson Primiani, Erildo Xavier Feigel, João Cláudio Robusti (justificou), Elcio Sigolo (Justificou), Abelardo Campoy Diaz, André Drummond Soares de Moura, Maria Isabel Nobre de Souza Cabral, Catharina Christina Teixeira, Cláudia Maria de Toledo Piza Aruda, Luzinete Ramos Borges, José Abraão, Vera Eunice Rodrigues da Silva, Ruberval Ramos Castello, Cleuza Gomes da Silva, Laurinete Santos Silva Chimenes, Selma Caroline Gomes, Joel Marques Pereira, Dorival Calazans, Nelson Barboza Nunes, Solange Cervera Faria, Maria Bezerra, Maksuel José da Costa, Elgito Alves Boa Ventura, Gilson Silva de Oliveira. A reunião é iniciada pela **Sra. Elisabete** - Gostaríamos de registrar um momento muito especial desse Conselho e da Habitação no Estado de São Paulo, nossa Conselheira Marly Namur organizou a primeira reunião de debates do Plano Municipal de Habitação, um debate que ocorreu no Auditório da FAU-USP e foi um sucesso. Agradecemos, é um orgulho para o Conselho o Plano já ter sido discutido de forma tão democrática. O Conselheiro Elgito chegou, hoje foi publicado no Diário Oficial que o 1º de outubro vai ser regularizado e isto merece uma salva de palmas. **Sr. André** - Precisamos fechar o calendário, começar a trabalhar junto com as Subprefeituras para termos o calendário de discussões do mês de novembro. Vamos realizar para os conselheiros uma Oficina específica, no dia 22 de outubro, sexta-feira, o dia inteiro. Receberemos informações, análises e toda discussão quanto ao Plano. A cartilha do Plano Municipal de Habitação vai estar disponível no site antes da reunião do dia 22, pedimos que todos os Conselheiros façam sugestões para levarmos às reuniões setoriais. **Sr. Ricardo** - Quero informar que vamos fazer apresentações na OAB, no SINDUSCON e na Escola Politécnica. Só para destacar, quero comentar sobre a questão fundiária que foi muito debatida. Precisamos de 38 milhões de m² e como sabemos terreno é muito escasso em São Paulo, na COHAB compramos uma área para fazer prospecção de terreno e nessa área hoje nós temos uns 400 terrenos de prospecção, muitos já decretamos de interesse social para poder desapropriar. Metade tem restrição de zoneamento, na vistoria tem mina d'água, árvore que não pode ser cortada, enfim se conseguirmos metade deles, estaremos falando em mais ou menos 1,5 milhões de m², portanto em 5% do total que vamos precisar para suprir essa demanda no Plano. Fizemos, uma apresentação no Seminário Cidades Compactas sobre a perspectiva habitacional da cidade compacta, talvez até pudéssemos fazer essa apresentação para vocês na próxima reunião. Ontem na FAU, quando foi falado da questão fundiária da política fundiária, o próprio Nabil elogiou o Plano, ele concorda na necessidade de habitações de interesse social com térreo e mais quatro andares. Esse é um desafio que temos pela frente, sabemos que condomínio não é desejado, custo de condomínio e elevador ainda é uma bola quadrada que precisa ser arredondada. Até o final do ano teremos o Plano Estadual e nós poderemos incorporar este tema na discussão. **Sra. Elisabete** - Vamos então para a aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação, gestão 2009/2011, realizada em 20/05/2010. Ata aprovada. Segundo ponto, aprovação da ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação, gestão 2009/2011, realizada em 24/06/2010. **Sra. Vera** - Solicito uma correção na página 6, linha 10, ao invés do Movimento da OMN e CNIN é UMM e CMP. **Sra. Elisabete** - Podemos considerar a Ata da Reunião Extraordinária de 24/06/10 aprovada com essas correções? Ata aprovada. Por solicitação do Grupo de Trabalho Demanda, que tem se reunido constantemente e trabalhado muito, será apresentada a proposta de Resolução pela Conselheira Ângela, Diretora Social da COHAB, com complementação do Conselheiro Maksuel, e provavelmente gerará muitas discussões, esclarecimentos. **Sra. Ângela** - Para se estabelecer os critérios de seleção a ser seguidos para atendimento no Minha Casa Minha Vida numa parceria entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo Federal, por sugestão da Nair Delatin, na reunião do dia 20 de maio, essa que nós acabamos de aprovar, foi instituído esse GT para discutir a demanda. A Nair foi eleita coordenadora desse GT e o Maksuel, coordenador adjunto. **Sr. Maksuel** - Todos os Conselheiros que se inscreveram para participar do GT, se empenharam em fazer uma proposta pensando na cidade como um todo. Trabalhamos muito para apresentar a vocês uma proposta com coesão. **Sra. Ângela** - As exigências federais foram estabelecidas pela resolução 141 e complementada pela 414 do Ministério das Cidades, uma Resolução foi aprovada por esse Conselho em fevereiro de 2006, estabelecendo algumas diretrizes Municipais para a seleção de demanda, temos também um estudo das necessidades habitacionais específicas do Município que foi desenvolvido pela equipe da Secretaria e está incluído no Plano. A portaria 414 é na verdade só um complemento, além da questão geográfica eles acrescentam as pessoas que recebem algum tipo de acompanhamento sócio assistencial. A portaria 140 estabelece 2 critérios nacionais para a hierarquização, estabelecem que os municípios podem ter até 3 critérios municipais aprovados pelos Conselhos. A questão geográfica também já era contemplada na Resolução 17, famílias que moram na cidade há mais de quatro anos também são diretrizes da Resolução do Conselho aprovado em 2006, o atendimento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e com maior vulnerabilidade sócio econômica, o mais

idoso, na verdade estamos falando todos da mesma demanda, que é a demanda que tem mais necessidade de habitação, a maior vulnerabilidade social e a tendência de uma maior densidade. Quando a renda per capita é muito baixa é porque temos poucas pessoas que trabalham no domicílio, uma família maior, o grupo chegou a conclusão que esses casos também deveriam ter possibilidade de atendimento. O grupo achou que não deveria excluir eventualmente aqueles pais, homens, que tem a guarda de filhos menores. Os três critérios Municipais que estão sendo propostos pelo GT são famílias com ônus excessivo com aluguel, que comprometem mais de 30% da sua renda familiar bruta com o aluguel, ou que possuam renda per capita inferior a meio salário mínimo vigente na data de seleção e que não residam em área de risco, famílias monoparentais masculinas, o terceiro critério seria as famílias que tivessem a maior classificação segundo os critérios de uma Portaria Municipal que vamos apresentar para vocês. Nós fizemos uma proposta preliminar nessa Portaria de como seriam os critérios de pontuação, daríamos uma pontuação maior segundo a faixa etária do titular, teria uma avaliação também segundo a renda per capita. Terá uma pontuação diferenciada as famílias residentes no Município de São Paulo há mais de 4 anos, as famílias que tivessem o cadastro atualizado nos últimos 12 meses anteriores à seleção, as famílias que moram ou que moravam em caso de remoção até 3km do empreendimento ou de 3 a 5km do Movimento. Com essa pontuação nós estaríamos priorizando famílias em situação de risco, outra proposta discutida foi de dar uma pontuação para demanda de convênios do Município com Associações ou Entidades sem fins lucrativo que tenham atividades relacionadas a atividades sociais com a questão da moradia, o terceiro caso é daqueles convênios de mutirões que nos aprovamos no Conselho, eles irão para o Programa do Governo Federal, para os terrenos especificamente vinculados a estes empreendimentos, vão receber a pontuação no caso da seleção para aqueles terrenos que estavam vinculados ao antigo convênio. **Sra. Vera** - Eu não sei o que o GT trabalhou, quando coloca a parceria social, alojamento provisório é aquela demanda existente, que foram cadastradas em HABI. No caso na última reunião do Conselho ficou depois um grupo para discutir uma Resolução sobre conflitos fundiários, que é uma questão que nós temos sofrido muito, não conseguimos marcar uma reunião para discutir uma Resolução. Poderia no caso de questão judicial, de despejo, de ação judicial, essas famílias serem atendidas nessa Resolução. **Sra. Elisabete** - Já não existem mais alojamentos provisórios agora é auxílio aluguel e aproveite para fazer o 2º esclarecimento, não conseguimos marcar a reunião de conflitos fundiários. Saimos daqui para marcar reunião, no dia seguinte apareceram três conflitos fundiários. Foi muito difícil, vamos propor a primeira reunião do grupo se não aparecer mais conflitos até hoje a tarde. **Sr. Gerson** - O instrumento do Ministério da Cidade é a Portaria 140 é o que está regulando esse trabalho com os Municípios, a portaria fala que as populações limite são 50mil habitantes. **Sra. Ângela** - No que se refere às operações do FAR em geral e as operações do Minha Casa Minha Vida é limitado a 50 mil habitantes também, ela é inclusiva. **Sr. Rogério** - O Programa Minha Casa Minha Vida é único para atender Municípios até 50 mil habitantes, houve alguns casos excepcionais que atende menos de 50 mil, a definição do Ministério é única para o Programa Minha Casa Minha Vida, recursos do FAR, que definem a forma de seleção da demanda para os empreendimentos contratados. **Sra. Ângela** - Na verdade o que acontece é que foram publicadas todas as regras do Programa Minha Casa Minha Vida e depois teve uma abertura para os municípios com menos de 50 mil. **Sra. Izilda** - O que foi aprovado é a autorização do Conselho para aqueles convênios antigos firmados com a Prefeitura fossem migrados para o Minha Casa Minha Vida. **Sra. Ângela** -Na verdade foi colocado dessa forma para que no caso desses terrenos só a demanda indicada que consta do processo, aprovado em Assembléia. Vamos dar um exemplo, o Sonda, você tem o convênio com mutirão, se este convênio migrar para o Minha Casa Minha Vida, só as famílias indicadas, aprovadas em Assembléia, indicada pela associação com Ata é que vão, no caso desse empreendimento, ter direito a essa pontuação. **Sr. Nelson** - Querida que explicassem melhor o que vai ser feito com essas Entidades, se é que migraram porque não está no meu conhecimento e as Entidades que foram licitadas para pegar um terreno com a Prefeitura em governo anterior, o que vai ser feito com essas Entidades? **Sra. Elisabete** - A licitação que teve, que a Izilda ressaltou para a 3ª fase de Mutirões, incluía a demanda e o terreno, exceto terrenos que tem problemas. Esta é a forma que os Conselheiros debaterem no Grupo de Trabalho e encontraram para essa demanda estar garantida. A Prefeitura não pode desmanchar licitações públicas, a licitação só é desfeita quando muito bem justificada, o que os Conselheiros debateram e estão propondo aqui é como garantir que compromisso já assumidos, que é o caso do mutirão que é uma licitação pública, possa ser atendidos no âmbito do Minha Casa Minha Vida. **Sr. Nelson** - O que vai ser feito com essas Entidades que tem o terreno e não têm discussão em cima desse ponto? **Sra. Ângela** - Se o seu empreendimento foi executado com recursos do Programa do Governo Federal, nós temos que atender a tua demanda e tem que atender as diretrizes da Portaria do Ministério das Cidades, então essa foi uma preocupação recorrente do Grupo de Trabalho, por outro lado, nós também quisemos deixar aberta a perspectiva de fazer uma habilitação para outras Associações. **Sr. Maksuel** - Foi colocado aqui pelos companheiros que foi aprovada a questão, que foi pensado na questão dos Mutirões. A proposta da questão dos Mutirões foi apresentada por mim na 1ª reunião Ordinária, está aqui, eu tenho uma proposta de regularização de todas as situações. Quando assumimos o GT de Demanda, eu assumi de levar essa questão dos Mutirões para nós discutirmos no GT para ver como é que nós iríamos utilizar os recursos do Minha Casa Minha Vida, para estender a demanda que estava no GT. A proposta consiste justamente utilizar os recursos do Minha Casa Minha Vida para atender as demandas que estão no Mutirão, os Mutirões que estavam parados, dentro dessa questão que foi apresentada da Portaria 140, nós não deixamos os Mutirões. Foi colocada a importância também dos Mutirões já viem com a pontuação mais elevada. Nós colocamos isso no GT só para não passar em branco a importância dos Mutirões dentro do atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida que está se firmando pela Portaria 140 então, não está indo nada contra no nosso entendimento no Grupo, não tem ninguém contra a demanda da Associação, a demanda da Associação vai continuar sendo da Associação e essa demanda da Associação que está esperando atendimento hoje vai ser atendida pelo Programa Minha Casa Minha Vida que está em parceria com o Município. Até para não exigirmos muito da Associação porque ela já passou pelo processo de Edital, um grande processo de espera, colocamos diretrizes para atendimento dentro do Programa, se a Associação quiser migrar para o Programa Minha Casa Minha Vida, ela já entra com 30 pontos. Nós tivemos essa preocupação, eu fui um dos Conselheiros que bateu dentro dessa questão do atendimento dos Mutirões, hoje é o Regimento que nós temos que faz parceria com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal por intermédio do Município. Nós viabilizamos Projetos aqui no Município pelo Programa Minha Casa Minha Vida em parceria, então nós nos preocupamos com o Mutirão nesse sentido. **Sr. Nelson** - Então em vez de habilitar que sejam Entidades para que viabilizem mais terrenos ou que seja coisa parecida, por que não se faz um Programa Municipal para que possam ser construídas essas habitações que foram firmadas em convênios passados? **Sra. Elisabete** - O debate aqui é sobre uma Resolução que discute os critérios de demanda, agora eu acho importante que você também conheça todo o levantamento de informações que nós temos sobre habitação, a Prefeitura de São Paulo gasta hoje, neste ano 2010, 1 bilhão e 400 milhões de reais em Programas Habitacionais, 20% é do Governo do Estado e 20% é do Governo Federal, então eu acho que você deveria considerar um pouco essa sua questão de dizer que a Prefeitura de São Paulo não está fazendo esforços na questão habitacional. O que nós estamos debatendo é que o Governo Federal, a partir de 2008, decidiu fazer um esforço para colaborar com os Municípios e nós acreditamos que se isso baixa a prestação, porque o subsídio é bom, nós devemos fazer também um esforço de ter a demanda para mandar, o próprio Secretário disse que na próxima reunião nós podemos abrir um de-

bate, se os Conselheiros assim desejarem, para a 1ª apresentação do Plano Municipal da Habitação, mas hoje eu pediria a sua atenção para que nós vencêssemos essa etapa. **Sr. Nelson** - O que eu estou querendo falar é que foi assinado um convênio em 2004 e hoje nós estamos em 2010, indo para 2011 e não se tem nenhuma conclusão a respeito, é essa cobrança que eu faço. **Sr. Abraão** - A questão dos 60 anos eu acho que não há a necessidade de um limite, porque dá uma certa exclusão lá na frente, eu só serei atendido até 60 anos e depois dos 60? Eu acho que teria que pontuar a partir dos 50 e aí ia embora, sem o limite de 60, isto é uma observação. Alguns anos atrás nós tínhamos um cadastro lá na COHAB, naquela época tínhamos que estar atualizando aquele cadastro quase que anual, eu não me recordo agora, mas nós estávamos sempre atualizando agora, que cadastro que é esse? É o resgate daquele cadastro lá de trás ou nós teremos que se recadastrarmos novamente na Prefeitura, COHAB, CDHU, enfim, eu queria entender o seguinte, quem de fato será beneficiado nesse processo que é esse penúltimo item aí que eu não entendi. **Sra. Ângela** - Com relação aos idosos, essa foi uma questão discutida no Grupo de Trabalho, e a proposta do Grupo de Trabalho nesse sentido da pontuação é porque já há uma preferência. Antes de entrar nesse critério de hierarquização, o Programa já estabelece a obrigatoriedade de atendimento dos idosos, então pessoas com mais de 60 anos nem tem que atender aos outros critérios, ela já tem uma preferência até os 3% das unidades. No âmbito do Grupo de Trabalho foi discutida a possibilidade de ter um novo credenciamento não para construção de unidades. Nós estamos falando agora de execução de unidades com recursos do Governo Federal em terrenos desapropriados pela Prefeitura, nós fizemos uma análise preliminar nos critérios que a CDHU está usando para essa questão. O que o Grupo discutiu foi à questão de valorizar mais os trabalhos sociais do que a efetiva execução e produção dos empreendimentos. Nós temos as famílias de área de risco que têm atendimento emergencial e estão cadastradas no HABISP e nós temos os cadastrados na COHAB, no site da COHAB, tem também alguns cadastros que foram feitos pela própria Caixa que vamos ter que estudar uma forma de também incorporar. Se bem que eu acho que muitas famílias que estão no cadastro da COHAB já devem estar também no cadastro da CEF e vice-versa. Então na verdade nós vamos trabalhar com esse universo de famílias e a atualização vai ser feita, no caso do HABISP, vai ser feita junto à Secretaria de Habitação, que são as famílias que estão em atendimento, no caso da COHAB essa atualização pode ser feita pela Internet, mas são esses cadastros que vão ser utilizados. **Sr. Maksuel** - Quando nós começamos a discutir as entidades organizadas, os Movimentos de luta por moradia organizados, é justamente uma fala do companheiro Dito que não está aqui, que sempre os Movimentos ficam de fora e são as verdadeiras Associações que fazem o resgate da cidadania dessas pessoas e não poderiam estar de fora dessa questão, desses critérios, por isso que nós, do Grupo de Trabalho, colocamos que seria importante que essas Associações, essas Entidades que trabalham com o público e que podem passar por possível atendimento dentro da questão do Programa, podem estar realizando o cadastro para essas Associações, como que vai dar o critério para a Associação se não estiver habilitação? Tem que ser público, que ser uma coisa legal para que as Associações de classe organizada indiquem as suas demandas. **Sr. Elgito** - A regularização da 1ª de outubro é um sonho de 30 anos, o ano que vem faz 30 anos de uma ocupação que nasceu num período que era um pouco de questionamento, não tinha Programa de Habitação na Cidade de São Paulo, é um pouco dessas grandes lutas e todos nós somos responsáveis porque Programa de Habitação em São Paulo são resultados das lutas lá do passado. Do Governo do Estado veio 1% do ICMS que ajudou na produção de habitação no Governo Covas os outros Governos que sucederam. Eu acho que é uma satisfação em ter um Conselho de Habitação no Município e a CDHU também parece que criou o Conselho Estadual de Habitação, isso é uma alegria muito grande, de ter técnicos e pessoas que atuam com isso, acho que só assim vamos aperfeiçoar essa questão da Política de Habitação. Acho que ela vai se aperfeiçoar num nível em que nós vamos tirar um pouco a questão ideológica das nossas lutas e vida partidária e colocar as nossas vidas na luta para uma cidade melhor. Eu acho que essa gestão ter recurso do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal é um grande avanço, porque no passado você tinha mínimos recursos de COHAB, um pouco do Governo Federal e do Governo Estadual, a junção desses recursos produz habitação e produz qualidade para a cidade. Eu li um artigo da Bete e do Secretário na Folha, acho que de antemontem, parabéns pelo artigo de vocês. **Sra. Luzinete** - Com relação ao 3º ponto, residentes no município de São Paulo há mais de 4 anos, é para moradores só da cidade de São Paulo, porque do jeito que está redigido parece que pode ser de outros lugares também. Demanda que está cadastrada com um todo, que está aguardando ser atendida pelo município, no final sabemos que esse critério não é para atendimento de 100% da demanda. **Sra. Ângela** - O que está na solicitação de voto hoje é a aprovação desses 3 critérios municipais, ônus excessivo com aluguel e renda per capita menor que meio salário mínimo, as famílias monoparentais que são os homens viúvos, solteiros, separados, que tenham a guarda de filhos menores e o 3º critério que seria a pontuação da família, conforme uma Portaria a ser publicada. O que estamos aprovando hoje é que vai existir uma Portaria que vai estabelecer uma pontuação para a classificação das famílias. **Sra. Verônica** - Levou praticamente 30 anos para conciliar os 3 poderes juntos para discutir que tem que ter o dinheiro para resolver o problema de habitação de São Paulo e não só do Estado de São Paulo mas também dos outros em conjunto, só tenho que dizer parabéns ao Grupo, e parabéns para a Prefeitura, para a SEHAB, para a COHAB que está elaborando essa proposta. **Sra. Marly** - Você colocou para votação esses critérios e não a tabela, eu estou um pouco preocupada de invertermos a prioridade, eu imagino que hoje a prioridade é aquele último item que são as famílias que estão há 8 anos esperando. **Sra. Ângela** - Acho que é importante deixar claro qual foi a ideia do Grupo nos casos da seleção para os terrenos do Mutirão, só as famílias cadastradas para esse Mutirão vão receber esses 30 pontos que é para garantir o cadastramento da família na demanda de Mutirão, morar perto do empreendimento, ela vai ter os 10, ela vai ter 40 ninguém mais. Tem uma sugestão da Bete para apresentarmos antes da publicação da Portaria uma reunião onde conversariamos, explicando, fazendo a apresentação que a Luzinete falou que foi feita no Grupo de Trabalho, mostrando o que estamos garantindo. Explicando o atendimento da demanda dos Mutirões conveniados que migraram para o Minha Casa Minha Vida, em 2º lugar as famílias com maior vulnerabilidade para os outros casos que não são em terrenos vinculados aos Mutirões e o 3º é a possibilidade de habilitar Associações para ajudar ao Poder Público na orientação e no trabalho social com as famílias. **Sra. Solange** - As famílias que não estiverem cadastradas estarão fora do atendimento ou não? Porque há um problema, a COHAB tem um cadastro muito antigo de famílias, o que nós recebemos de informação é que a família tem que ser recadastrada anualmente e essa é uma informação que a maioria da população não tem, então tem família que participa dos Movimentos e de outras Associações e que tem cadastro de 30 anos atrás, então essas famílias na verdade não são mais cadastradas, elas teriam que ser recadastradas e no caso, só seriam atendidas famílias que estivessem cadastradas no cadastro da Prefeitura, eu discordo da não pontuação de famílias com mais de 60 anos. **Sra. Izilda** - Fica meio complicado quando você dá ponto para a demanda, tem que ser pela Entidade, se há prioridade, como a Ângela diz, do atendimento a demanda de convênios de Mutirão, a pontuação poderia ser maior, eu gostaria que se discutisse a melhor da redação. **Sra. Elisabete** - A Ângela, em nome do Grupo de Trabalho está propondo uma última discussão sobre a tabela onde os ajustes aqui apresentados poderão ser discutidos. Acho que é interessante que os Conselheiros que fizeram propostas participem dessa reunião. **Sr. Rogério** - A redação fica: residente no município de São Paulo há pelo menos 4 anos, talvez essa seja uma redação mais sobre morar perto ou longe do empreendimento e só relembrando que a própria Portaria do Ministério das Cidades define: esse item está guarnecido pela própria Resolução, pela própria Portaria do Ministério das Cidades. **Sra. Ângela** - O cadastro da COHAB, desde 2006 está disponível na Internet, a atu-

alização pode ser feita de qualquer computador que tenha acesso à Internet, essa Portaria vai ter alguns objetivos. O 1º é garantir o atendimento das demandas dos convênios de Mutirão firmados que migraram para o Minha Casa Minha Vida naqueles empreendimentos pelos quais o convênio foi firmado, o 2º é privilegiar sempre as famílias numa situação de maior vulnerabilidade social e a 3ª abrir a possibilidade de um credenciamento de novas Associações. **Sra. Elisabete** - O voto nº 17/2010 encaminhado pelo Conselheiro Maksuel José da Costa, Coordenador Adjunto do Grupo Demanda, tivemos só uma pequena correção de português aqui na 2ª página. Propomos que a seleção da demanda considere os critérios municipais, uma coisa assim. Aprovado por unanimidade. Parabéns ao Grupo de Trabalho, será marcada pela Secretaria Executiva uma reunião para dar continuidade ao tema dos conflitos fundiários em data próxima. Várias pessoas justificaram suas ausências e os companheiros suplentes estão representando. (Agradece e encerra a reunião)

HOSPITAL DO SERVIDOR

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO SETOR DE PROCURADORIA

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Procuradoria, na Rua: Castro Alves, 131, 3º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E.
BIOFAST MED E SAUDE LTDA	2009-0.318.603-5 – Pregão 245/2009	3158

RETIRADA DE NOTA EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à Rua Castro Alves, 131, 1º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
PRODIET FARMACEUTICA LTDA	2010-0.306.214-4 – Ata de RP 274/2009-SMS	3177

SAÚDE

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3

MEMO Nº 175/10 - Publicação – Grupo Técnico de Compras – Ação Judicial

Secretaria Municipal da Saúde torna público que irá adquirir o produto abaixo relacionado, visando o atendimento de ordem judicial.

Para tanto, informa que eventuais proponentes interessados poderão enviar proposta de preços pelo e-mail elizabeteth@prefeitura.sp.gov.br ou pelo fax nº 3397-2137 ou pessoalmente na Rua Gen. Jardim, 36, 3º andar (Grupo Técnico de Compras – Ação Judicial Fone 3397-2136) no prazo de 03 dias a partir da data da publicação.

1. Deverá constar da proposta:
2. Descrição do produto
3. Quantidade
4. Preços unitários e globais
5. Validade/Garantia do produto (devem apresentar validade/garantia mínima de 12 meses na data da entrega)
6. Indicar marca e fabricante
7. Informar valor mínimo de faturamento
8. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
9. Condição de pagamento: 30 (trinta) dias após adimplimento do objeto
10. Prazo de entrega: 08 (oito) dias úteis
11. Número de CNPJ e do CCM
12. Deverá constar o número da agência e da conta para pagamento, no Banco do Brasil, conforme Decreto Municipal nº 51197 de 22/01/10
13. As empresas deverão estar com os seguintes documentos atualizados:

- 13.1.CND - INSS
- 13.2.CRS - FGTS
- 13.3.Certidões de Tributos Mobiliários
- 13.4.Cartão do CNPJ
- 13.5.Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida da União.

Obs: Nas compras de medicamentos, os preços deverão atender à Resolução nº 04/CMED/ANVISA de 18/12/2006 e Comunicado 01 de 03/02/2010.

Segue abaixo, relação dos produtos, quantidades e número de processo.

PROCESSO: 2010-0.316.719-1

Objeto: MEDICAMENTO

ITEM ÚNICO: - TARTARATO DE TOLTERODINA 2 mg. (DETRUSITOL)

QUANTIDADE: 180 COMPRIMIDOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO – 1º MENOR PREÇO.

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal da Saúde

DIVISÃO TÉCNICA FINANCEIRA - SMS.2

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam CONVOCADAS, as firmas abaixo relacionadas, a retirar as respectivas Notas de Empenho, no prazo de 03 dias úteis, a partir desta publicação, à R. Gal. Jardim, 36 9º andar, das 8:30 às 12:30h e das 14:00 às 16:00h, com apresentação do original ou cópia reprográfica dos seguintes documentos: Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários Prefeitura de São Paulo ou Declaração de que a firma não possui débitos com a mesma, CND - Certidão Negativa de Débitos da Previdência, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e demais documentos, conforme Edital, Ata ou Convocação, bem como portar carta de autorização ou procuração, para a retirada das mesmas:

Proc.	N.E.	Firma
Nº do Processo	Número	Fornecedor
2010-0.220.509-0	121.093	Carimed Equipamentos Médicos Ltda
2010-0.283.209-4	120.203	Cbs Med Científica Com E Repres Ltda
2010-0.292.120-8	120.091	Cotacaco Com Repr Imp E Export Ltda
2010-0.289.599-1	120.087	Dimac/Sp - Material Cirurgico Ltda
2010-0.279.347-1	120.076	Geolab Indústria Farmaceutica Ltda
2010-0.294.563-8	120.034	Medi House Ind. E Com. De Prod. Cir. Hosp. Ltda
2010-0.261.573-5	120.726	Pop Som Sonorização E Iluminação Prof Sc Ltda Me
2010-0.281.950-0	120.044	Portal Ltda
2010-0.287.727-6	120.028	Portal Ltda

AÇÃO JUDICIAL EMPENHO - SMS-2

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam CONVOCADAS, as firmas abaixo relacionadas, a retirar a respectiva Nota de Empenho, no prazo de 03 dias úteis a partir da data da publicação, à R. Gal. Jardim, 36 - 9º andar, das 8:30 às 12:30h e das 14:00 às 16:00h, com apresentação do original ou cópia reprográfica dos seguintes documentos: Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários Prefeitura de São Paulo ou Declaração de que a firma não possui débitos com a mesma, CND - Certidão Negativa de Débitos da Previdência, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS conforme Edital, Ata ou Convocação, bem como portar carta de autorização ou procuração, para a retirada da mesma.

Proc.	N.E.	Firma
2010-0.274.820-4	120.099	Interlab Farmaceutica Ltda
2010-0.277.647-0	120.073	Medi House Ind E Com De Prod Cir Hosp Ltda
2010-0.274.820-4	120.067	Nunesfarma Dist De Prods Farmac Ltda
2010-0.284.688-5	120.030	Nunesfarma Dist De Prods Farmac Ltda
2010-0.251.491-2	120.057	Nunesfarma Dist De Prods Farmac Ltda